

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

QUAE SUNT ALEXANDRI, ALEXANDRO: VERSÕES PARA A MORTE DE
ALEXANDRE MAGNO E A DISPUTA INICIAL PELA SUCESSÃO NA BABILÔNA EM
323 A.C.

BEATRIZ AIRES FERNANDES CUNHA

BRASÍLIA

2014

BEATRIZ AIRES FERNANDES CUNHA

QUAE SUNT ALEXANDRI, ALEXANDRO: VERSÕES PARA A MORTE DE
ALEXANDRE MAGNO E A DISPUTA INICIAL PELA SUCESSÃO NA BABILÔNA EM
323 A.C.

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do
grau de licenciado em História. Defesa oral: 12
de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna (Orientador)

Prof. Dr. Vicente Dobroruka (Membro Interno)

Ms. Raul Vitor Rodrigues Peixoto (Doutorando do PPGHIS-UnB)

Ao meu pai, por acreditar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir realizar os objetivos que almejei, apesar de todas as dificuldades.

Agradeço ao meu pai, por ter me apoiado meus estudos como ninguém e por ter me amado e se sacrificado por mim durante toda minha vida; por ter me ensinado o valor da perseverança, da dedicação e da fé. Sua força e confiança me inspiram, hoje e sempre.

Ao Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna, agradeço imensamente por ter me aceitado como orientanda há 3 anos atrás, e por ter sido meu tutor desde então nas pesquisas realizadas ao longo da graduação, e sem o qual não me teria sido possível progredir desta maneira nos estudos helenísticos. Sua disciplina, caráter e empenho, bem como a confiança depositada em mim, me fizeram crescer não só como pesquisadora, mas como pessoa.

Agradeço também ao Prof. Ms. Raul Vitor Rodrigues Peixoto, e ao Prof. Dr. Vicente Dobroruka, por aceitarem fazer parte da minha banca examinadora. Ao último, em especial, agradeço pelas orientações, pela receptividade e por toda a ajuda que me dispensou.

Gostaria de expressar meus agradecimentos também à Universidade de Brasília e ao CNPq, por terem me proporcionado as oportunidades de inserção à pesquisa com as duas iniciações científicas das quais participei, sem as quais não teria desenvolvido minha pesquisa da mesma forma.

Por último, agradeço a todos os amigos e companheiros que conheci/conservei durante o período de graduação. Aos meus colegas de curso e de pesquisa, por terem me auxiliado e acompanhado durante os estudos. Aos amigos, por tornarem estes últimos 4 anos mais prazerosos e divertidos, e sobretudo por sempre acreditarem em minha capacidade, quando eu mesma não fui capaz de enxergá-la. Obrigada a todos.

LISTA DE ABREVIACÕES

Arriano. <i>Anabasis of Alexander.</i>	Arr.
Diodoro da Sicília. <i>Library of History</i>	Diod.
Quinto Cúrcio. <i>The History of Alexander the Great</i>	Q.C.
Justino. <i>Epitome of the Philippic history of Pompeius Trogus</i>	Just.
Plutarco. <i>Parallel Lives. Alexander</i>	Plut.

RESUMO

A morte de Alexandre Magno desencadeou uma implosão das antigas estruturas do império macedônio. Desde seus últimos anos de vida, seu reinado vinha apresentando sinais de desgaste diante dos conflitos internos e externos que se desenvolveram nesse período. Por sua vez, as fontes nos mostram que, para além do cenário hostil que Alexandre fizera crescer ao seu redor, há ainda fortes indícios de propaganda com relação ao seu falecimento e às políticas entre os Diádocos. Em meio a tentativas de elucidar os acontecimentos em junho de 323 a.C. na Babilônia de forma plausível, surgem aspectos importantes a serem trabalhados. A política de desconfiança construída pelos generais de Alexandre, a sua diplomacia incerta, o uso da figura de Alexandre para atender a aspirações monárquicas durante as contendas sucessórias e a impraticabilidade da unidade do império são alguns dos aspectos que esta pesquisa pretender elucidar.

Palavras-Chave: Alexandre, Diádocos, monarquia, desconfiança, propaganda.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1- Os anos finais de Alexandre.....	10
1.1- A insatisfação do exército e o comportamento autocrático de Alexandre.....	10
1.2 Os problemas políticos enfrentados por Alexandre e a iminente fragmentação do império.....	16
Capítulo 2- As versões para a morte de Alexandre e a propaganda entre os Diádocos.....	20
2.1 As fontes para a morte de Alexandre.....	21
2.2 O uso das fontes como propaganda.....	23
2.3 Possíveis causas para a morte de Alexandre.....	26
Capítulo 3- O acordo da Babilônia e o fracasso da unidade imperial.....	30
3.1 O problema da sucessão e os planos de Alexandre.....	30
3.2 A regência compartilhada e o início dos conflitos entre os Diádocos.....	34
3.3 A batalha do Nilo e o fracasso do acordo da Babilônia.....	36
Considerações Finais.....	40
Fontes e Referências Bibliográficas.....	41

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve início no ano de 2012, com a minha primeira iniciação científica desenvolvida a respeito da morte de Alexandre Magno e da implosão do exército macedônio em 323 a.C. A partir das leituras e análise das fontes a respeito do evento, surgiu o projeto para uma pesquisa maior a respeito dos anos que antecedem o período helenístico.

As versões para a morte de Alexandre tem sua origem a partir de fontes contraditórias entre si, que quando estudadas mais a fundo revelam uma política repleta de desconfiança entre os sucessores de Alexandre. Além disso, o contexto que envolve os últimos meses de vida do macedônio relaciona-se diretamente com o que seria decidido no acordo da Babilônia, bem como os fatores que viriam a fragmentar o seu império. Assim, o núcleo desta monografia se concentra no estudo da queda e divisão do império macedônio a partir de um estudo mais aprofundado do decorrer dos eventos citados.

A primeira questão a ser levada em consideração no decorrer desta monografia são as prováveis causas para a morte de Alexandre. Embora a historiografia evidencie que tal pergunta nunca terá uma resposta de todo convincente, o estudo das inconsistências presentes nas fontes e as circunstâncias sob as quais os mesmos foram redigidos nos levam a uma questão maior e mais promissora: por que os relatos divergem tanto entre si, e o que isto implica nas dinâmicas políticas entre os Diádocos?

A morte de Alexandre não foi um acontecimento isolado. Concidentemente, a morte prematura do rei se daria em um momento de crise, durante o qual seus planos expansionistas deixaram de ser comuns não só ao exército – saturado de uma dura e interminável campanha no oriente e do comportamento autocrático do rei – como também a maioria de seus companheiros. O reinado do macedônio, aos poucos, foi perdendo sua legitimação à medida que se mostrava incapaz de conciliar os diversos interesses em jogo. Somando-se isso à morte repentina e precoce do rei, o que resulta a partir daí é um cenário político incerto e competitivo. As adulterações identificadas nos relatos (tidos como “oficiais” ou não), dessa forma, expõem o extenso uso da propaganda envolvendo os personagens mais proeminentes da corte macedônia.

Este trabalho tem, portanto, o objetivo de compreender as dinâmicas políticas que antecederam e precederam a morte de Alexandre, bem como as aspirações pessoais de seus generais que se evidenciam pelas fontes, de modo a trazer à tona de forma mais aprofundada os aspectos que levariam ao fracasso da unidade imperial macedônia. Mais especificamente, a intenção é analisar como o rei, devido a seu comportamento e decisões que desagradaram seus

companheiros, acabou envolvido em um conflito de interesses com a corte e o exército. Por último, cabe ainda estudar como a morte de Alexandre é tratada pelas fontes, e as conclusões que elas sugerem, para que se compreenda, ao menos de forma introdutória, as contendas entre os generais de Alexandre pela sucessão.

A metodologia deste trabalho, dessa forma, se concentra na análise e interpretação das principais fontes primárias disponíveis acerca do período, com o auxílio de uma seleção historiográfica de comentadores sobre o tema. As fontes primárias para a pesquisa se concentram em diversos relatos contemporâneos ao período. Ptolomeu, que mais tarde tornou-se rei do Egito, é geralmente tido como umas das fontes mais confiáveis; outros contemporâneos, como Aristóbulo, Nearco e Onesícrito, também deixaram seus relatos; por fim, há ainda Clitarco, que escreveu ao menos 12 livros sobre a expedição de Alexandre. No entanto, nenhuma destas fontes foi conservada, e o que dispomos hoje são fontes secundárias¹ baseadas nestes primeiros autores, que serão, por conseguinte, utilizadas aqui.

Por fim, esta monografia se divide em três capítulos, abordando as fases finais do império de Alexandre. No primeiro capítulo, será analisado o período crítico em que se encontrava o reinado de Alexandre em seus últimos anos de vida, e como essa crise influenciou o contexto de seu falecimento. No segundo capítulo, o foco será o estudo das fontes para a morte de Alexandre, as versões que elas desencadeiam e as dinâmicas políticas entre os diádocos que se evidenciam neste ponto. No terceiro capítulo, a abordagem se dará em torno do acordo da Babilônia e de seu fracasso como tentativa de manutenção do império. Nesta última parte, aspectos como a diplomacia instável entre os diádocos, as tendências particularistas e o fracasso da regência de Pérdicas serão desenvolvidos, paralelamente ao surgimento da monarquia helenística.

A relevância deste trabalho se reflete, portanto, em ser um estudo introdutório para o desenvolvimento futuro (durante o mestrado) de uma pesquisa aprofundada acerca de aspectos políticos importantes do período helenístico, como a desconfiança entre os diádocos, as tendências particularistas (fossem elas a favor da unidade do império ou não) e os artifícios de legitimação e convencimento característicos à monarquia helenística.

¹ A diferenciação entre fontes secundárias e fontes primárias será devidamente explicada no capítulo 2.

CAPÍTULO 1

OS ANOS FINAIS DE ALEXANDRE

A despeito do impressionante empreendimento que representou a campanha de Alexandre na Ásia, é necessário que observemos os problemas gerados no decorrer deste período, sobretudo durante os anos que antecederam sua morte. O reinado de Alexandre foi predominantemente marcado por batalhas e campanhas quase intermitentes, de modo que pouco foi feito para que se consolidasse seu domínio. O que vemos a respeito de seu império, após sua morte, é uma instável constituição de diferentes sociedades, povos e culturas, unidos em uma fragilizada tentativa de unificação política.

Ao final de sua jornada, pode-se dizer que Alexandre já não possuía de todo o perfil do *hegemon* dos gregos. Embora suas ordens ainda fossem acatadas por seus homens e súditos e ainda fossem numerosos aqueles que permaneciam fiéis à sua pessoa, a ruptura entre os interesses do rei e os interesses dos macedônios era significativa, o que constituiria um elemento notável diante da morte prematura do rei em 323², na Babilônia e dos acontecimentos que se seguiram. A situação política na Ásia e na Grécia, bem como a mudança no comportamento de Alexandre e a consequente reação negativa do exército, tiveram uma relação direta com esse crescente cenário de discórdia.

1.1 A insatisfação do exército e o comportamento autocrático de Alexandre

Após a primeira parte de sua campanha, marcada pelas vitórias em Granico, Isso e Gaugamela e pela morte de Dario em 330, os macedônios começaram a dar seus primeiros sinais de insatisfação para com os planos do rei. Ao se tornar o novo sucessor dos Aquemênidas, era necessário que Alexandre convencesse o exército a segui-lo em seu intento de eliminar o usurpador (e assassino de Dario III) Besso, e assim assumir o controle das demais satrapias do Império Persa. No entanto, após a tomada e pilhagem de Persépolis, oferecida aos macedônios como uma “recompensa” pela vitória sobre os persas (MOSSÉ, 2004, p. 55) o exército já não se sentia tão inclinado a prosseguir com a exaustiva expedição na Ásia.

²Todas as datas citadas no corpo do texto, exceto àquelas que compõem as referências bibliográficas, são pertencentes ao período antes de Cristo (a.C.).

Temendo perder o apoio de seus compatriotas com relação a seus planos, Alexandre procurou motivar seus homens por meio de um discurso sobre a importância de seguir adiante de modo a evitar que os persas reassumissem o controle, “atacando-os como mulheres” (Plut. 47). Embora Plutarco relate que, após o discurso proferido, o exército em sua maioria tenha apoiado a iniciativa do rei (Plut. 47), é interessante ressaltar que um bom número de soldados recebeu sua permissão para retornar. Isso denuncia, por sua vez, uma situação delicada que pôde ser controlada, por hora, graças aos espólios adquiridos na capital do Império e em Susa, e aos mercenários gregos enviados por Antípatro em 331.

Alexandre teria de recorrer novamente a tais recursos quando, nos anos seguintes, o exército passou a se rebelar com mais frequência e a originar crises cada vez mais graves. Após a conquista das satrapias na Bactria e Sogdiana, os planos de Alexandre tornaram-se ainda mais severos: com o intuito de dirigir sua empreitada para a Índia, Alexandre deu início à integração de soldados iranianos às suas tropas, o que desagradou profundamente o exército macedônio. Após duras batalhas em uma terra hostil e desconhecida, que lhe proporcionaram a vitória sobre Poro e o controle de Taxila, o exército se recusou a ir adiante, amotinando-se em 326. O rei foi obrigado então a desistir de seus planos de cruzar o rio Hidaspe e retornar a Susa.

Mais uma vez, no entanto, Alexandre teria tomado uma decisão errada que aumentaria a revolta a revolta dos macedônios. Ao invés de retornar pela mesma rota, o rei decidiu cruzar o deserto de Gedrosia, submetendo desnecessariamente seus homens à fome, sede e doenças e provocando um grande número de mortes:

Ele ordenou à sua frota que voltasse por mar, mantendo a Índia à direita; Nearco foi nomeado almirante da frota, e Onesícrito seu piloto principal. Ele, porém, passou por terra através do país dos Ontas, onde foi submetido aos apuros mais terríveis e perdeu uma multidão de homens, de modo que nem mesmo a quarta parte de sua força de combate foi trazido de volta da Índia. E ainda sua infantaria contava cento e vinte mil, e sua cavalaria quinze mil. Mas, doenças graves, comida miserável, o calor abrasador, e, pior de tudo, a fome os destruiu, pois atravessaram uma região habitada por pobres homens que viviam em extrema penúria, não tendo meios nem recursos, com apenas algumas ovelhas, que eles nutriam de peixes do mar, cuja carne tem mau cheiro. Com muita dificuldade, então, Alexandre atravessou essa região em setenta dias; mas assim que eles alcançaram a Gedrosia tiveram tudo em abundância, pois os príncipes e sátrapas mais próximos os acolheram. (Plut. 66).

Ainda que o relato de Plutarco a respeito das baixas seja provavelmente exagerado, tal expedição se provou um grande erro logístico do rei, custando muitas vidas desnecessariamente (WORTHINGTON, 1999).

O motim mais grave, no entanto, ocorreu em 324, em Susa, quando os oficiais se revoltaram com a chegada de jovens iranianos, os quais Alexandre intencionava recrutar como falangistas, a fim de substituir um total de 10 000 veteranos macedônios (Diod. 109. 2). Isso causou revolta entre eles, uma vez que os soldados a serem liberados se sentiram usados e rejeitados pelo rei ante a perspectiva de serem substituídos por guerreiros persas, e os que permaneceram se recusaram a ir adiante. Apesar de ter anunciado o pagamento de um talento para cada veterano dispensado, além de terem todas as suas dívidas pagas, os militares recusaram-se a submeter às ordens de Alexandre, condenando-o e proferindo gritos durante a Assembleia (Diod. 109. 2).³

A despeito da reação divergente do macedônio encontrada nas fontes⁴, é necessário ter em mente o comportamento autocrático do rei como uma das principais razões para a revolta entre os gregos. À medida que Alexandre tentava estabelecer seu domínio no oriente, este procurava cada vez mais incorporar os costumes e tradições persas a sua forma de agir e governar. Novos hábitos adotados por Alexandre, a exemplo da adoção parcial das vestimentas persas e do luxo dos reis e dos casamentos realizados em Susa em 324, nos quais o rei levou seus principais oficiais a se casarem com filhas de nobres persas - ele mesmo tendo se casado com outras duas mulheres -, causavam constantes desavenças entre os gregos, uma vez que o luxo e a opulência persa feriam seus princípios:

Durante toda a expedição eles tiveram muitas fontes de descontentamento; em muitas ocasiões anteriores eles foram envergonhados com suas vestimentas persas, que sugeriam a mesma coisa que o equipamento dos epígonos bárbaros ao estilo macedônico e a introdução de cavaleiros estrangeiros nas fileiras dos Companheiros. (Arr. 7. 8)

Além disso, ao se distanciar da Macedônia e de suas tradições, Alexandre assumia cada vez mais um poder autocrático (WALBANK, 1993, p. 37). Os frequentes relatos nas fontes

³É importante ressaltar que o núcleo desta análise é a relação entre Alexandre e os militares macedônios ante suas medidas durante a expedição na Ásia. Para uma melhor análise a respeito dos soldados persas no exército de Alexandre, ver: BADIAN, pp. 160-161, 1965.

⁴Segundo Arriano (7.8), Alexandre teria proferido um longo discurso em sua defesa e, após alguns dias, os rebeldes foram apaziguados. Para Diodoro, no entanto, sua reação teria sido violenta, mandando executar os principais responsáveis pelo motim e atribuindo cargos de responsabilidade a persas (109. 3), fazendo com que a revolta dos macedônios se acentuasse ainda mais.

sobre a realização de assembleias com o exército mostram que os militares possuíam uma participação ativa na vida política macedônia. Existiam leis, no âmbito da realeza macedônia, que impunham limites nas ações da realeza e regulavam sua relação com o povo (MOSSÉ, 2004, p. 53). Diferentemente da autocracia persa, a autoridade real macedônia poderia ser questionada pela nobreza (e pelo exército, em diversas ocasiões) sempre que se achasse necessário. Assim, os compatriotas de Alexandre sentiam-se ofendidos ante a perspectiva de servir a um rei com características cada vez mais bárbaras, como meros súditos de suas vontades.

Os assassinatos de dois de seus generais, Parmênio e Clito, o primeiro em função de uma acusação conspirativa questionável e o segundo como resultado de uma querela regada ao álcool, expõem a repercussão negativa que tal comportamento autocrático teve entre os soldados. No caso de Parmênio, a decisão final não foi proveniente de uma assembleia de soldados (como exigia a lei), mas sim por uma expedição de assassinos enviados pelo rei (MOSSÉ, pp. 128-129); tal execução desprovida de julgamento teve repercussão bastante negativa entre os militares, uma vez que se tratava de um antigo e influente membro da corte macedônia, cujo envolvimento na conspiração se mostrava questionável. A morte de Clito, por sua vez, foi justificada por meio de um decreto sentenciando sua “execução”, e privando-o de ritos funerários e de um enterro (Q.C. 8. 2.). Decretos reais, por sua vez, carregavam consigo a força da lei – nas posteriores monarquias helenísticas, porém não na monarquia macedônia – e sugeriam que o rei não era passível de erros (WALBANK, 1993, p.38).

Contudo, a maior reprovação quanto aos aspectos bárbaros do governo de Alexandre foi com relação à sua deificação e ao conseqüente ritual da *prokynesis*. A pretensão de Alexandre em ser reconhecido como divindade teve origem após a conquista do Egito, quando este se dirigiu ao oráculo no oásis de Siva, e este teria se referido ao rei como “Filho de Amon”.

Para Tarn (1950-1951, p. 358), – em uma análise um tanto tendenciosa, deve-se observar – não haveria nas fontes nenhuma evidência direta que Alexandre tenha alguma vez encorajado sua deificação. Tal ideia teria sido defendida e difundida por Calístenes⁵ e os demais filósofos. Contudo, Alexandre tampouco teria tomado providências para que tal ideia não fosse defendida, provavelmente por pensar que a deificação poderia lhe servir como um

⁵Calístenes, sobretudo, como historiador oficial da expedição de Alexandre, dificilmente atestaria algo desfavorável a Alexandre. Além disso, Tarn destaca o fato de que Calístenes esperava que sua cidade, Olinto, fosse reconstruída pelo rei, o que constituiria mais um motivo para que este encorajasse tal crença. Porém, tal argumento fica enfraquecido ante o fato de que Calístenes se recusara peremptoriamente a prostrar-se diante do rei, tendo sido preso e assassinado pouco tempo depois mediante uma acusação duvidosa de envolvimento em uma conspiração contra Alexandre.

útil artifício político⁶. Ainda, defende que a *prokynesis* – o ritual de prosternação no qual os súditos persas prestavam honras divinas a seus reis – teria sido apenas uma tentativa de protocolar um tratamento que fosse comum a macedônios, gregos e persas. Isso porque, para os súditos persas, a *proskynesis* não representava um ritual de veneração, e sim uma cerimônia para com o rei.

Tal visão, porém apresenta diversas falhas. Tarn, ao que parece, atribui um caráter demasiado contemporâneo a Alexandre, no que diz respeito a sua mentalidade quanto à deificação. No que me concerne, não há motivos (ao menos não suficientemente concretos) para que o macedônio não pensasse (ou desejasse) ser, em certo ponto de sua jornada, realmente descendente de alguma divindade. O fato de a *proskynesis* significar apenas uma reverência para os orientais não significa que ele não estivesse ciente do significado que o ritual possuía para os gregos e macedônios (incluindo ele mesmo) e das implicações que este teria no presente cenário.

Ainda, é mais provável que tal exigência fosse um passo final na direção para a qual se voltavam seus pensamentos nos últimos anos (WALBANK, 1993, p.41). Filipe II já havia sido cultuado como uma divindade após sua morte, com uma estátua sua no templo de Ártemis em Éfeso (Arr. 1. 17.). Provavelmente, Alexandre foi além em suas ambições. As fontes, a despeito dos erros de interpretação sugeridos por Tarn, confirmam a hipótese de que ele teria passado a acreditar ser realmente divino:

E agora, quando tudo estava em andamento, pensando que já era tempo de colocar em prática o que ele vinha perversamente planejando, começou a considerar como ele poderia usurpar as honras divinas. Ele desejava, não somente ser chamado, mas ser visto como sendo filho de Júpiter (Zeus), como se ele pudesse comandar as mentes dos homens como suas línguas; e ele ordenou que os macedônios prestassem respeito a ele ao estilo persa e o saudassem prostrando-se no chão. Neste desejo por tais coisas ele não faltou com adulação pernicioso, o mal constante dos reis, cujo poder é frequentemente mais derrubado pela lisonja que pelos inimigos.
(Q.C., 8. 5)

A estadia no Egito muito provavelmente contribui para tais acepções. A intenção inicial era, de acordo com Green (1991, p. 269), obter apoio e aceitação local participando dos cultos religiosos⁷; contudo, o efeito psicológico ante a posição de Faraó e as honras divinas em

⁶Tarn utiliza o caso da reintegração dos exilados às cidades gregas como exemplo, no que ele argumenta que nada mais lhe autorizava a impor tal medida.

⁷Tal estratégia ganharia força, segundo o autor, quando somada aos abusos (sobretudo religiosos) sofridos pelos egípcios frente à dominação persa. Alexandre, dessa maneira, poderia sobressair-se como um libertador da

sua homenagem marcaram uma reviravolta em sua trajetória: ao ser coroado, em 332, Alexandre tornava-se, pela tradição egípcia, “simultaneamente deus e rei, encarnação e filho de Ra e Osíris; ele era Hórus, o Dourado, o poderoso príncipe, amado de Amen, Rei do Alto e Baixo Egito” (GREEN, 1991, p. 269).

O impacto destes eventos teria sido reforçado pelos antecedentes de Alexandre. Provavelmente, os rumores a respeito da ascendência divina do macedônio teriam tido início muito antes da expedição do Egito, através de sua mãe, Olímpia. De fato, a casa dos Molossos, à qual ela pertencia, sempre reclamou para si a descendência do herói homérico Aquiles. Tal estória provavelmente não havia tido tanta relevância na corte macedônia até o momento em que esta foi rejeitada por Filipe II em prol de uma nova esposa, uma nobre macedônia⁸. Neste momento, ao ver a sucessão de seu filho ameaçada, é possível que Olímpia tenha espalhado tais boatos, com o intuito de reforçar não somente sua superioridade ante as demais mulheres de Filipe, mas também para afirmar que Alexandre, por ser filho de Zeus, não possuía quaisquer laços com o pai (LANE FOX, 1974, p. 215). Assim, é possível que o dogma faraônico tenha servido como uma confirmação para as expectativas de Alexandre quanto à sua deificação. Ao entrar em contato com a figura de Amon, Alexandre provavelmente optou por identificar a divindade com o seu deus grego, Zeus, ligando assim as duas figuras à sua pessoa (LANE FOX, 1974, p. 208).

Conseqüentemente, vemos nesta medida mais um aspecto do governo autocrático que Alexandre vinha construindo. Ao ser reconhecido como um deus, as ações do rei estariam acima de qualquer lei ou tradição, uma vez que ele próprio não poderia ser contrariado como uma divindade. A maior crise se deu na Bactria, em 327, quando Alexandre, trazendo persas, gregos e macedônios para sua corte, tentou persuadi-los a adotar igualmente o ritual da *proskynesis*. Isso obviamente levou a sérios desentendimentos, uma vez que houve um choque entre culturas e tradições distintas⁹.

opressão persa (1924, p. 267). Os relatos de desrespeito, destruições e sacrilégios pelos persas à cultura e religião egípcia são, por outro lado, bastante controversos, sendo inclusive contestados por outros autores. Tal discussão não será aprofundada nessa pesquisa por exigir estudos mais aprofundados neste âmbito, contudo, para uma interpretação diferente a respeito destas fontes, cf.: LANE FOX, 1974, pp. 195-197.

⁸Neste ponto, é importante salientar a observação feita por Lane Fox (1974, p. 215) a respeito do fato de Olímpia ser estrangeira e, por esta razão, não dispor de tanto prestígio na corte macedônia.

⁹Walbank (1993, p. 38) explica que para os macedônios o rei era primeiro entre seus iguais; para os persas, por outro lado, o rei era o mestre e eles eram seus escravos, e o sinal visível disso era o ato de obediência que a *proskynesis* representava, o qual os macedônios estavam preparados para fazer apenas mediante um deus. No entanto, como uma observação pessoal, tal visão deve ser questionada no sentido de que esta reflete a mentalidade macedônia sobre os persas e suas relações entre súdito e rei, não levando em consideração o significado dela segundo os próprios persas.

Dessa forma, o comportamento autocrático de Alexandre, juntamente com a orientalização de seus costumes, promoveu uma ruptura entre seus interesses e os interesses macedônios. Na segunda parte de sua expedição, Alexandre se tornara algo muito mais de um déspota oriental do que do *hegemon* macedônio com o qual seus compatriotas estavam habituados. Ele iniciou, por meio desta campanha, um processo que modificaria para sempre a história do ocidente, integrando-o à Ásia e dando origem a um novo tipo de monarquia. Em sua tentativa de centralizar seu império política e culturalmente, o rei macedônio a unidade de seu domínio (que só existiu, provavelmente, entre 324 e 323) a um iminente desmembramento.

1.2 Os problemas políticos enfrentados por Alexandre e a iminente fragmentação do império

O comportamento autocrático do rei não teria se limitado somente ao exército e a aspectos culturais. Também no âmbito político-administrativo este aspecto foi se desenvolvendo à medida que Alexandre ultrapassava os limites da monarquia helenística e se aproximava cada vez mais do modo persa de administração.

Tal situação pode ser evidenciada pelo tratamento dado às cidades gregas na Ásia. O pretexto inicial da expedição da Ásia fora o intuito de libertar as cidades gregas do domínio Persa. Após a batalha de Granico, Alexandre tomou em pouco tempo cidades importantes como a Frígia Helespôntica e a Lídia. Com exceção de Mileto e Halicarnasso, que apresentaram forte resistência aos cercos macedônios, as demais cidades foram ocupadas com facilidade. Em todas elas, Alexandre se apresentava como seu libertador e estabelecia (em alguns casos à força) governos democráticos (MOSSÉ, 2004, p. 60). No entanto, a autonomia de tais cidades era duvidosa, boa parte delas representavam pontos estratégicos na Ásia, tendo guarnições macedônias sido posicionadas na maioria delas.

O pagamento de tributos também era outro ponto problemático. Tendo sido abolidos os pagamentos de taxas ao império persa, a maioria dos tributos foi, aos poucos, direcionada para o custeio da expedição de Alexandre. Cidades como Aspendos e Solos acabaram sendo integradas, posteriormente, ao governo de suas satrapias. Em suma, as cidades gregas da Ásia Menor seguiam as ordens de Alexandre, a despeito do discurso sobre liberdade. As exigências dos macedônios variavam de acordo com as circunstâncias: presença de guarnições, cobrança de tributos, interferências institucionais (MOSSÉ, 2004, p. 61).

As cidades da Liga de Corinto também não escaparam ao autoritarismo de Alexandre. Em 324, Alexandre decretou, em ocasião das festividades de Olímpia, que todos os exilados

fossem readmitidos e perdoados em suas respectivas cidades (Diod. 109. 1). Essa decisão constituía uma intervenção direta nos assuntos internos da Liga de Corinto que atropelava os princípios da aliança firmada após Queroneia, que garantia a tais cidades autonomia em seus assuntos. Ainda, tal medida ocasionou sérias consequências de ordem econômica e administrativa:

Embora Diodoro diga que o decreto foi bem-vindo, ele certamente causou complicações e mesmo caos sobre a propriedade, confiscada e vendida, em todas as cidades (como as inscrições deixam claro), e isso dificilmente deve ter agradado Antípatro. Foi uma medida de desrespeito com os direitos das cidades ter dado esse passo sem consultá-las. Nisso, e em muito mais, suas ações foram arbitrárias e autoritárias. Direitos gregos tradicionais foram desrespeitados. (WALBANK, 1993, pp. 40-41).

A administração do império persa, por sua vez, principalmente após a morte de Dario, conservou boa parte de suas antigas estruturas. Desejoso de garantir a lealdade dos nobres persas, Alexandre concedeu aos iranianos um papel maior na administração de satrapias no oriente, devido também à ignorância das línguas locais e de regiões desconhecidas (MOSSÉ, 2004, p. 124). Nas regiões mais perigosas, guarnições macedônias eram posicionadas em maior número, sendo que em diversas ocasiões deposições de sátrapas persas se fizeram necessárias em função de revoltas. Também a função de recolhimento de impostos era negada aos persas, sendo designados macedônios para tais cargos de responsabilidade.¹⁰

Este sistema, no entanto, revelava-se ineficiente em diversos pontos. Um deles era o caso da Índia, que representava a parte mais instável do império. Lá, Alexandre encontrara dificuldades para que sua autoridade fosse estabelecida, e seus esforços tinham poucos resultados. Os territórios indianos, segundo Mossé (2004, p. 125) nunca foram de fato anexados ao império. Isso, somado às revoltas na parte central do Irã, tornavam a manutenção da parte oriental dos domínios de Alexandre demasiado problemática.

Outro problema referente à manutenção do império persa foi o estabelecimento das Alexandrias. Um significativo número de cidades com tal nome foi fundado com vários propósitos, fosse para proteger pontos estratégicos ou supervisionar áreas maiores, e pressupunham um território adequado para manter os colonos, de preferência com uma população apta para o trabalho no campo (WALBANK, 1993, p. 43). Algumas foram bem

¹⁰Ironicamente, fora justamente um macedônio o responsável pelo grande desfalque de 6000 mercenários e 5000 talentos (Arr. 3.6): seu tesoureiro, Harpalo, fugiu para Atenas esperando encontrar apoio. Suas esperanças foram frustradas quando os atenienses, longe de aceitá-lo como aliado, o fizeram prisioneiro. Posteriormente Harpalo envolveria Demóstenes em um escândalo pelo “desaparecimento” de mais da metade dos recursos macedônios.

sucedidas e prevaleceram após a divisão do império (a Alexandria do Egito foi o caso mais promissor), enquanto que outras pereceram não muito tempo depois de serem criadas. Os colonos eram, em sua maioria, mercenários gregos, e boa parte deles encontrava dificuldades para adaptarem-se a tais lugares, distantes dos costumes e da civilização grega. Diodoro relata que muitos deles toleravam sua situação apenas por medo de Alexandre, porém quando este morreu várias revoltas eclodiram (18. 7).

Assim, o desagrado dos militares relegados a estas regiões era latente, e transformava-se em uma bomba-relógio à medida que seus compatriotas se rebelavam contra suas medidas autocráticas:

Com certeza podes ver quantos macedônios e gregos éramos quando partimos contigo, e quantos sobreviveram. Os tessálios tu mandastes direto para casa da Bácia, vendo que eles não mais tinham fôlego para maiores esforços, e estavas certo. Quanto aos outros gregos, alguns foram estabelecidos nas cidades que fundastes, e mesmo eles não permanecem por lá por vontade inteiramente própria; outros estão ainda em teus esforços e perigos, mas eles e as forças macedônias perderam parte de seus homens em batalha; outros foram aleijados por ferimentos, e foram abandonados em diferentes partes da Ásia; mas a maioria morreu pela doença, e de todo aquele exército poucos sobreviveram, e mesmo não dispondo de sua força física, seus espíritos estão muito mais cansados. (Arr. 5. 27).

O discurso acima, proferido por Coeno durante o motim em 326 mostra como a insatisfação dos militares influenciava diretamente a estabilidade política (se é que esta alguma vez existiu) nos domínios de Alexandre.

Mais que isso, os inescrupulosos e caros empreendimentos de Alexandre tinham consequências negativas também no ocidente. Tendo governado a Macedônia por poucos anos após a morte de seu pai, Alexandre parecia não se preocupar com a situação cada vez mais fragilizada em que colocava Antípatro sempre que demandava por mais homens. Deixado no controle da região desde sua partida, o general encontrava cada vez mais dificuldades em manter os domínios macedônios unificados durante a ausência do rei.

A guerra iniciada pelo rei espartano Agis III em 331 expôs tal fragilidade, uma vez que Antípatro precisou mobilizar grande parte de seu exército para conter seu avanço, juntamente com a revolta na Trácia liderada por Menom no mesmo ano (WORTHINGTON, 1999). Isso se deve muito em parte ao fato de que Antípatro dispunha apenas de cerca de 1500

cavaleiros e 12000 soldados de infantaria (Diod. 17. 17), após ter sucessivamente cedido suas tropas à expedição de Alexandre¹¹.

Alexandre recorria frequentemente a recursos materiais para resolver tais problemas, mas o dinheiro, em dado momento, não seria mais suficiente para conter os crescentes levantes em seus domínios. A situação nos estados gregos corria o risco de se tornar caótica, não fossem os esforços de Antípatro em conter perigosas rebeliões a exemplo das últimas citadas.

Todos estes fatores levariam não apenas à fragilização do império de Alexandre, como moldariam o cenário político posterior à sua morte. Os planos expansionistas de Alexandre, em dado momento, deixaram de ser comuns não só ao exército – saturado de uma dura e interminável campanha em um continente hostil e parcialmente desconhecido – como também a maioria de seus *philoí*. Concidentemente, a morte prematura do rei se daria em um dos momentos mais críticos de seu reinado, deixando para trás um cenário de desequilíbrio e fragmentação política e nenhum sucessor (ou demasiados) em potencial.

¹¹Antípatro enviou a Alexandre, segundo as fontes, tropas adicionais em 332 (Diod. 17.49.1, Q. C. 4.6.30), em 331 (Diod. 17.65.1, Q. C. 5.1.40) e em 324 (Arr. 7.12.4). Antípatro nunca conseguiu repor tais perdas, de modo que mesmo após a morte de Alexandre, durante a Guerra Lâmia, suas forças se reduziam a apenas 600 cavaleiros e 13000 infantes (WORTHINGTON, 1999).

CAPÍTULO 2

AS VERSÕES PARA A MORTE DE ALEXANDRE E A PROPAGANDA ENTRE OS DIÁDOCOS

Como constatado, os últimos dias na Babilônia dizem muito tanto sobre Alexandre quanto sobre seus sucessores (LANE FOX, 1974, p. 461). Acometido pela morte de seu quiliarca¹² e companheiro, Hefesto, os afazeres do rei se dividiam entre os planos para as suntuosas honras divinas que seriam atribuídas ao falecido general e a preparação para uma nova campanha no Oriente Médio.

Alarmado diante de profecias que prediziam a sua morte caso adentrasse na Babilônia, o macedônio mostrou-se inicialmente resistente a seguir viagem como planejado (Diod. 17. 112). Apesar de desejar ser visto e tratado como um deus, Alexandre ainda temia, aparentemente, os presságios divinos. Mesmo após ser tranqüilizado e convencido por seus homens a prosseguir com a viagem, o comportamento do rei mostrava sinais de perturbação: com o exército à beira de um colapso e crises políticas por todo o império, somados à perda de seu amado companheiro e o seu enfraquecimento físico ante as várias batalhas travadas, não seria insensato dizer que tanto Alexandre quanto seus homens temiam que os oráculos estivessem certos sobre seu fim.

Não surpreendentemente, desta forma, Alexandre fez o possível para reverter sua fortuna: adiando o funeral de Hefesto, o macedônio tratou de realizar sacrifícios e festividades, mostrando-se generoso e encorajando a corte a respeito do futuro. (LANE FOX, 1974, p. 461). Em uma destas festividades, no entanto, a sua fortuna viria à tona. Durante um banquete oferecido por um de seus Companheiros, Médio, o macedônio teria ficado

¹² O cargo, comum na tradição persa, representava a mais importante posição na corte depois do rei (comparável ao vizir). É bastante provável também que, na ausência de sucessores biológicos, Hefesto fosse o único sucessor que Alexandre tivesse em mente. Para uma análise mais aprofundada a respeito da função do quiliarca para os macedônios, ver: COLLINS, Andrew. *The Office of Chilliarch under Alexander and the Successors. Phoenix, Victoria, Vol. 55, No 3/4, pp. 259-283, 2001.*

gravemente doente após ter passado a noite festejando e bebendo vinho demais. Existentes em realidade ou não, as profecias descritas pelas fontes viriam a se tornar verdadeiras dentro de poucos dias quando a moléstia que acometeu Alexandre agravou-se e este veio a falecer, aos 32 anos de idade.

No entanto, muitos questionamentos surgem a partir destes eventos. Tanto a conduta do rei nas suas últimas semanas de vida, quanto a de seus generais mais próximos levantam sérias dúvidas a respeito do cenário que envolveu a sua morte. As fontes, especialmente, apresentam lacunas e discrepâncias que sugerem muitos elementos omitidos – propositalmente, ao que tudo indica – ou adulterados. Uma breve discussão a respeito delas, conseqüentemente, se faz essencial para que se possa analisar tal enredo com mais clareza.

2.1 As fontes para a morte de Alexandre

A questão se concentra no que dessas fontes é legítimo e no que é fruto de adulteração por parte dos autores. A situação complica-se mais ainda pelo fato de as fontes contemporâneas dos eventos não terem sido conservadas. Calístenes, um historiador designado pelo próprio Alexandre e sobrinho de Aristóteles, escreveu os “Feitos de Alexandre”, obra interrompida por sua prisão ou execução; Ptolomeu, que mais tarde tornou-se rei do Egito, escreveu sua história baseada nas Efemérides de Alexandre, e por isso é tido como umas das fontes mais confiáveis; outros contemporâneos, como Aristóbulo, Nearco e Onesícrito, também deixaram seus relatos; por fim, há ainda Clitarco, que escreveu ao menos 12 livros sobre a expedição de Alexandre. Infelizmente, tais fontes não foram conservadas por inteiro, de modo que somos obrigados a recorrer a autores secundários não-contemporâneos aos eventos, que se basearam nesses escritos primários¹³ e que indiretamente vieram a substituí-los (WALBANK, 1993, p. 1). De todos eles, o principal deles é Arriano, que se baseou principalmente em Ptolomeu e Aristóbulo. Em seguida, temos Diodoro (a fonte mais antiga para o período) e Quinto Cúrcio, que usaram Clitarco na maior parte de seu trabalho. Além deles, contamos com Plutarco, que usou diversas fontes na elaboração de sua obra *Vidas Paralelas*, e Justino¹⁴, historiador romano do século II ou III d. C., autor de uma antologia

¹³ A nomenclatura “primária” e “secundária” para as fontes estudadas nesta pesquisa é meramente técnica. Uma vez que, mesmo tendo sido escritas séculos após os acontecimentos em questão, tais autores são considerados, evidentemente, como fontes primárias, por se tratarem de escritos com praticamente dois milênios de idade, com uma proximidade considerável do período relatado e em excelente estado de conservação.

¹⁴ Embora este último autor não seja tido como uma das principais fontes a respeito da trajetória de Alexandre, a ênfase dada a seus relatos neste trabalho se justifica pelo fato de que nesta fonte em específico se encontram informações que não são mencionadas (ou consideradas) pelos demais autores, a exemplo do próprio relato de envenenamento do rei.

sobre a história universal, que constitui uma importante fonte de informação sobre a Macedônia e os reinos helenísticos.

As “Efemérides Reais”, no entanto, são tidas pela maioria dos historiadores antigos como os relatos oficiais acerca da morte de Alexandre e, por sua vez, os mais verídicos. A descrença dos principais escritores nos rumores de envenenamento, por sua vez, parte deste princípio, sendo que tais rumores desde cedo constituíram um importante papel no conflito dinástico subsequente, a maioria usada abertamente para incriminar a família de Antípatro (BOSWORTH, 1971, pp. 113- 17). Tanto Arriano (7. 26) como Plutarco (76) referem-se às Efemérides ao descrever a progressão da doença de Alexandre e sua morte.

Plutarco, cabe dizer, afirma ter praticamente parafraseado os relatos das “Efemérides”, após dar uma descrição das atividades de Alexandre durante os dias que sucederam o banquete até o momento de sua morte. Eis o depoimento do mesmo a respeito do assunto:

A maior parte deste relato está palavra por palavra como escrito nas "Efemérides". E quanto às suspeitas de envenenamento, ninguém teve alguma imediatamente, mas cinco anos depois, como nos foi relatado, através de uma denúncia, Olímpia mandou matar muitos homens, e dispersou as cinzas de Iolas, alegando que este teria administrado o veneno. Já aqueles que afirmam que Aristóteles foi cúmplice de Antípatro e que o veneno foi administrado por seu intermediário, mencionam certo Hagnotêmis, que teria ouvido a história do rei Antígono; e que o veneno era água, fria e congelada, proveniente de uma rocha em Nonacris; este foi recolhido como um suave orvalho e guardado num casco de um asno, pois nenhum outro recipiente poderia conter o líquido, pois seria estilhaçado por este, cedendo à sua frieza e acidez. A maioria dos escritores, no entanto, considera a história de envenenamento invenção; uma prova disso é que durante as desavenças dos oficiais de Alexandre, que duraram muitos dias, seu corpo, embora deixado sem cuidados especiais em locais úmidos e abafados, não mostrou sinal algum de tal influência destrutiva, mas permaneceu puro e fresco. (Plut. 77)

Quanto à vingança de Olímpia, também encontramos relatos do acontecido em Diodoro (19.11), que apresenta também um curioso relato a respeito do banquete de Médio¹⁵, onde Alexandre festejou por último antes de adoecer (Diod. 17.117). Ele mesmo, embora desacredite a hipótese de envenenamento, segue ainda com um relato dos rumores sustentados por aqueles que não aceitavam a morte de Alexandre como natural. Tal relato de envenenamento é recorrente também em Plutarco e Arriano, que o atestam como um rumor.

¹⁵ A versão na qual Alexandre grita de dor após entornar um cálice de vinho no banquete, tendo sido logo após levado por seus companheiros para seus aposentos, onde continuou a agonizar até o momento de sua morte, é sustentada apenas por Diodoro e Justino, porém rejeitada pelas demais fontes.

Justino, no entanto, é o único a se posicionar contrariamente às demais fontes, alegando que Alexandre fora realmente vítima de uma conspiração, listando ainda os possíveis responsáveis e suas razões:

Seus companheiros relataram que a causa de sua doença foi o excesso na bebida, mas na realidade foi uma conspiração, cuja infâmia o poder de seus sucessores lançou no esquecimento. O autor desta conspiração foi Antípatro, que, vendo que seus companheiros mais próximos haviam sido executados, que Alexandre Lincestes, seu genro, havia sido deposto, e que ele próprio, depois de seus importantes serviços na Grécia, era mais invejado do que apreciado pelo rei, e era também importunado por várias incumbências de sua mãe Olímpia; considerando, também, as severas penalidades infligidas, alguns dias antes, aos governadores das nações conquistadas, e doravante imaginando que ele havia sido chamado da Macedônia, não para tomar parte na guerra, mas para sofrer o castigo, secretamente, de modo a antecipar-se a Alexandre, proveu seu filho Cassandro com veneno, que, com seus irmãos Filipo e Iolas, era encarregado de servir o rei à mesa. (Just. 12. 14)

O fato de termos hoje fontes que relatam histórias de envenenamento, independentemente da crença do autor em tais histórias, indica que já naquela época estas mesmas devem ter tomado corpo e percorrido toda a Grécia, tendo sido fortemente suprimidas tempos após a morte do rei, uma vez que neste tempo Antípatro tomara para si o poder, seguido por Cassandro, seu filho e sucessor, e nenhum escritor, segundo Diodoro, ousou escrever sobre a droga (17. 118).

2.2 O uso das fontes como propaganda

Existem várias hipóteses sustentadas pela historiografia contemporânea que visam explicar a origem dos rumores de envenenamento, bem como o motivo de estes não serem aceitos pela maior parte das fontes baseadas nos relatos oficiais. Uma teoria frequentemente recuperada é a da propaganda contra Antípatro após a morte de Alexandre.

Tal hipótese questiona, primeiramente, a oficialidade das Efemérides, e o motivo pelo qual Plutarco e Arriano apresentam o documento como um relato confiável da morte de Alexandre, mas o ignoram alhures (Plutarco em sua maior parte, e Arriano completamente) e, logo após, o porquê de nas poucas referências feitas ainda existirem diversas discrepâncias, concluindo que os dois escritores podem ter tido acesso a textos diferentes, e que estas poderiam ser um documento que relatava apenas os meses finais da vida de Alexandre. Logo, Arriano e Plutarco poderiam ter tido acesso às “Efemérides” por meio de outros escritores (BOSWORTH, 1971, p. 120-121).

Ateneu e Eliano atribuem a sua composição a Eumenes de Cárdia, que foi secretário-chefe de Alexandre durante a campanha da Índia, e Bosworth atesta a data como sendo o período de convivência dos oficiais de Alexandre entre a data de sua morte e o início das hostilidades entre Antípatro e Pérdicas no inverno de 322/1 (aprox. 18 meses). Este documento "semi-oficial" teria eliminado o envenenamento como causa de morte ao dar um relato dos últimos dias de Alexandre, passando a forte impressão de que o seu estado final teria sido antecipado por uma maratona de excessos, e que o rei teria arruinado sua saúde em razão do álcool em abundância, sucumbindo facilmente à doença então induzida. As Efemérides teriam sido, portanto, um poderoso recurso para Antípatro, tendo tido grande circulação afora, uma vez que chegara a Plutarco e Arriano por vias diferentes.

Tal hipótese também é estendida por Lane Fox que questiona a razão pela qual foram recuperados tantos relatos de festividades e excessos por parte do rei durante seus últimos dias nos Diários, especialmente quando o redator oficial era um proeminente general, provavelmente supervisionado por Pérdicas em seu trabalho após a morte de Alexandre:

Ambos respeitavam a memória de Alexandre como herdeiros de seu império e jamais teriam publicado um relato tão comprometedor de seu último mês de depravações a não ser que houvesse algum objetivo nisso. Os Diários parecem sem sentido, exceto como uma resposta aos rumores de que os oficiais pudessem ter envenenado Alexandre.” (LANE FOX, 1974, p. 467)

Assim, a análise de Lane Fox sugere não só uma forte propaganda presente nas “Efemérides Reais”, como também o envolvimento de outros oficiais no processo, ao menos no início. A razão disso é que, ao que tudo indica, os rumores sobre assassinato do rei teriam alcançado a Grécia rapidamente, e as Efemérides teriam sido uma refutação imediata (LANE FOX, 1974, p. 468), sugerindo que a enfermidade de Alexandre fora induzida pela bebida e maus hábitos.¹⁶

Agora, é verdade que Antípatro, a julgar pelas indicações das fontes, e pela velocidade com que correram os rumores após a morte de Alexandre, tinha muito a ganhar com a morte de Alexandre. Após o seu retorno da Índia, o rei havia infligido punições severas aos sátrapas

¹⁶ Outro ponto a se considerar é o banquete oferecido por Médio, última festividade da qual Alexandre participara antes de ser acometido pela enfermidade. Todas as fontes concordam, ou ao menos dão a entender, que o rei sentiu-se mal após beber uma grande quantidade de vinho não respirado. No entanto, há outro fator em comum entre estas fontes: nenhuma delas menciona nada a respeito dos demais convidados, além de Alexandre e do próprio anfitrião. A falta de evidência a respeito dos demais presentes indica, muito provavelmente, uma omissão intencional nas Efemérides: com a repercussão das notícias e dos mais variados tipos de histórias sobre assassinato e conspirações contra Alexandre, é muito provável que seus generais fizeram o possível para não ter seus nomes associados ao evento. (LANE FOX, 1974, pp. 462-464).

que, julgando que este nunca retornaria, haviam mostrado deslealdade e abuso de poder (Q.C. 10. 1.) de modo que era bem provável que Antípatro, que vinha exercendo controle sobre a Macedônia, tivesse sua posição ameaçada:

[...]É certo que Alexandre frequentemente ouvia dizer que Antípatro tomara para si a posição de um rei, que ele era mais poderoso do que um prefeito haveria de ser, e que este havia inflado-se com os ricos espólios e a fama de sua vitória espartana enquanto clamava como seu tudo o que o rei havia lhe dado. (Q.C. 10.10)

O problema com esta teoria a respeito da propaganda contra Antípatro é que ela também abre margem para várias interpretações. Uma delas, sustentada por Bosworth, é que Antípatro, ameaçado de deposição e possivelmente execução, resolveu contra-atacar por meio de seu filho, Cassandro, o qual enviara à corte na Babilônia. Lá, os generais formaram uma aliança e parcelaram o império entre eles e, no tempo certo, Alexandre foi eliminado. O império foi passado para os sucessores sem grandes dificuldades, até que Pérdicas, após um ano de relativa harmonia, quebrou o acordo em favor de sua própria supremacia em 321. Os rumores e boa parte das fontes, conseqüentemente, teriam sido amplamente usados como armas no que veio a se tornar a guerra pela sucessão ou, como quis Diodoro (18.1), os “jogos fúnebres” do rei.

No entanto, o fato de que os rumores sobre envenenamento indicam Antípatro como pivô, isso não implica necessariamente em seu envolvimento em tal atentado. Considerando que outros escritos foram produzidos, no futuro, com intenção de incriminá-lo pela morte de Alexandre, é possível que o general tenha feito uso das Efemérides como mero instrumento de defesa. O Romance de Alexandre¹⁷, por sua vez, disputa diretamente com as Efemérides no que concerne à causa da morte de Alexandre (LANE FOX, 1974, p. 467): além de incriminar abertamente a família de Antípatro, o texto também coloca Pérdicas como o herdeiro escolhido pelo rei no leito de sua morte. O que é mais interessante é que ambas as fontes apresentam diversos sinais de adulteração posterior à morte de Alexandre. Um dos sinais mais evidentes são as consultas ao deus Serápis, divindade que, ao que os estudos historiográficos mais recentes indicam, surgiu apenas durante a dinastia Lágida, com Ptolomeu.

Assim, é evidente que as fontes secundárias prezaram os relatos advindos dos diários oficiais do rei, sobretudo por carregarem o peso de nomes importantes como o de Eumenes. Além disso, o teor fantasioso de várias partes do Romance de Alexandre o qualificam como

¹⁷ Considerando-se o escopo desta monografia, o Romance de Alexandre, cuja utilização merecia um estudo à parte, será apenas citada na síntese do argumento de Lane Fox.

uma fonte de difícil interpretação e pouca credibilidade no que concerne aos acontecimentos na Babilônia.

Todavia, a conclusão a que se pode chegar é que, neste ponto, tanto os relatos “oficiais” como os panfletos literários foram deturpados de acordo com os interesses políticos dos sucessores de Alexandre. Torna-se um desafio para a historiografia contemporânea, portanto, elucidar os acontecimentos deste evento.

2.3 Possíveis causas para a morte de Alexandre

A morte de Alexandre constitui um tema problemático em função da contraditoriedade e propaganda presentes nas fontes, que impedem uma resolução assertiva para a natureza do evento. Diversos historiadores tem tentado apresentar versões consistentes para a morte do rei, divergindo entre as numerosas possibilidades inferidas a partir dos relatos.

Donald Engels, em seu artigo *A note on Alexander's Death* (1978), defende que o rei teria sucumbido por causas naturais e não por envenenamento, avaliando as duas vezes em que este foi acometido pela malária: a primeira na Cilícia, em 333, e a segunda na Babilônia, que o levou à morte em 323. Estas duas regiões eram favoráveis ao desenvolvimento de um tipo grave de malária transmitido pelo parasita *Plasmodium Falciparum*, conhecida como malária perniciosa, cujos sintomas, segundo ele, em muito se assemelham aos descritos nas fontes durante os dois episódios da doença de Alexandre. Engels também contra-argumenta a hipótese de envenenamento com o fato de que o próprio rei estava sempre atento às conspirações (reais ou não) contra ele, e que teria sido bastante improvável que este se tivesse deixado envenenar repetidamente durante dias até a sua morte, sem com isso ter tomado providências para que fosse detectado o culpado¹⁸; para ele, é bem mais provável que Alexandre tivesse contraído a doença durante a jornada pelos pântanos dos rios Tigre-Eufrates, que antecedeu a sua entrada na Babilônia.

Tendo como auxílio os estudos do médico francês Emile Littré, Engels faz uma comparação entre os sintomas que acometeram Alexandre e os da doença: febre alta seguida de intervalos de lucidez e perda de voz, por exemplo. Além disso, tanto em Justino quanto em Diodoro são relatadas fortes dores nas costas, “como se tivesse sofrido um violento choque” (Diod. 18. 117. 2-3; Just. 12. 13) durante o banquete de Médio, o que é outro sintoma típico da doença, quando a infecção atinge a coluna vertebral. Além do mais, a condição física degradada do rei neste período, que incluía fadiga, má-nutrição, ferimentos e alcoolismo,

¹⁸ No caso, ele adota a cronologia oficial dada por Arriano e Plutarco, baseada nos relatos das “Efemérides Reais”, na qual a Alexandre jazeu doente por aprox. 10 dias até o seu falecimento.

provavelmente teria agravado o seu quadro de infecção, uma vez que, das quatro modalidades de malária, a que é transmitida pelo parasita *Falciparum* tem mais chance do que qualquer outra de desenvolver manifestações perniciosas.

Na Cilícia, anteriormente, Alexandre teve uma primeira crise após entrar na cidade de Tarsus, tendo sido o primeiro sintoma um forte espasmo ou convulsão enquanto se banhava no rio Cydnus, provavelmente este sendo o primeiro estágio da doença; após ter sido levado para sua tenda, este passou a sofrer com febres violentas e insônia e algum tempo depois, de depressão; após a intervenção do médico Filipe, teria perdido a fala, adquirido dificuldades respiratórias, insensibilidade e inconsciência e, mesmo depois de ter recobrado os sentidos, este não se recuperara antes de passados dois meses (Arr. 2. 4). Há duas explicações possíveis para este agravamento e prolongamento dos sintomas, segundo Engels, que poderia ter sido a intervenção do médico Filipe, que lhe havia administrado uma poção¹⁹, ou poderia ter sido a manifestação do estágio seguinte da doença, que, além da febre, inclui complicações cerebrais e coma, e o tempo de recuperação da vítima é geralmente de dois meses, tempo que coincide com a duração da doença de Alexandre. O rei também não teria sido o único a contrair a doença, uma vez que, segundo Arriano (2.7), vários soldados foram deixados para trás por conta da doença. O episódio na Babilônia teria sido, dessa forma, um novo processo infeccioso pelo mesmo parasita, tendo tido desta vez resultados fatais.

Assim, parece válida a teoria de que tenha sido a doença a causa da morte do rei em vez do envenenamento, tomando por base, é claro, uma interpretação rigorosa dos relatos tidos oficiais quanto à cronologia dos acontecimentos e levando em consideração as circunstâncias físicas e ambientais em que os macedônios se encontravam. Por razões óbvias (ausência do corpo), não há como apresentar provas para tal hipótese além dos textos oficiais, uma vez que somente um estudo médico concreto das condições físicas do rei poderia sustentar realmente a hipótese da doença.

Lane Fox, por sua vez, parte de princípio semelhante ao rejeitar a possibilidade de assassinato ou intoxicação. Embora o autor sustente que as fontes podem ter sido usadas como propaganda nas disputas de poder entre os sucessores de Alexandre, o autor considera que a mais provável causa para a morte do rei teria sido a malária. Segundo ele, não só a possibilidade de envenenamento é pouco plausível²⁰, como também não existem evidências de que uma conspiração entre os generais poderia ter tomado corpo antes da morte do rei.

¹⁹ É interessante ressaltar que à época, devido à falta de conhecimento da doença, muitos médicos e curandeiros acabavam agravando o estado de seus pacientes, senão os levando à morte.

²⁰ Segundo o mesmo autor, é pouco provável que Alexandre tenha sido envenenado lentamente durante dias, visto que as ervas e toxinas antigas costumavam ser muito mais rápidas em sua ação (1974, pp. 470-471).

(1973, pp. 470-471). Dessa forma, a ideia de uma doença comum naquela região²¹ ter contagiado o macedônio lhe parece mais provável do que as causas sugeridas por fontes que foram alvo de adulteração.

O fato de a tradição das fontes a respeito do envenenamento corresponder à propaganda contra Antípatro, porém, não serve por si só para excluir tal possibilidade. A. B. Bosworth (1971), por exemplo, defende justamente o contrário, uma vez que a propaganda contida nas fontes pode ter sido o resultado das disputas políticas após a morte de Alexandre, e que tal evento – tendo em vista as circunstâncias políticas do evento – muito provavelmente fora nada menos do que “providencial”.

Green, por sua vez, não postula nenhuma nova teoria para um possível assassinato, mas defende que as circunstâncias políticas do momento poderiam sim favorecer uma conspiração contra o rei (1991, p. 476). Além disso, o autor considera os estudos do biógrafo R. D. Milns, que consideram o possível uso de quantidades moderadas de estricnina²² poderiam ter acarretado a morte do rei após alguns dias, com sintomas semelhantes aos descritos pelas fontes. Além disso, a morte de Alexandre seria bastante conveniente ao momento em questão. Não apenas por suas medidas radicais para com seus próprios conterrâneos, mas também pelo fato de que Alexandre era também abominado tanto na Grécia, quanto na Ásia. Alexandre foi conservado na memória de muitos como um autocrata estrangeiro, que impôs sua vontade apenas por meio da violência (GREEN, 1991, p. 476).

Por outro lado, é possível que historiadores como Engels e Lane Fox estejam corretos e que Alexandre tenha sucumbido por malária, ou por alguma outra das enfermidades já sugeridas por outros pesquisadores, e que as circunstâncias em que se deu o acontecimento tenham sido mera coincidência. Todavia, é impossível negar que a morte de Alexandre tenha chegado num momento bastante oportuno para muitos. No decorrer da história, vemos relatos tomarem rumos diferentes na medida em que mudam também os que estão na disputa do poder político supremo, e é esta a questão que se torna especialmente delicada no caso de Alexandre.

As fontes são extremamente contraditórias e os rumores sobre o envenenamento não aparentam ter surgido deliberadamente, dotando todo o acontecimento de natureza muito questionável, de modo que tais evidências não podem ser desconsideradas, e devem ser estudadas mais a fundo. Por sua vez, a hipótese de assassinato, se verdadeira, não só se

²¹ Por esta afirmação, tomo como base os trabalhos citados no escopo desta monografia, e não estudos patológicos em si.

²² A substância, extraída da semente da árvore *Nux-Vomica*, é um alcaloide cristalino altamente tóxico, encontrada geralmente no sudeste da Ásia e na Índia.

encaixaria em meio ao cenário político do momento, como também traria à tona um fenômeno que passaria a ser característico ao período helenístico: a eliminação de um rei sempre que este não fosse mais capaz de conciliar seus interesses com o de sua corte e exército.

Envenenamento, álcool em excesso ou malária, a causa da morte de Alexandre dificilmente levantará mais do que hipóteses na historiografia contemporânea. O estudo deste evento, no entanto, não deve ser desprezado unicamente pela falta de evidências confiáveis. Justamente por esta razão é necessário analisar as dinâmicas políticas e sociais que moldaram os diversos relatos acerca da morte do rei. Tais circunstâncias expõem a natureza das relações entre os sucessores de Alexandre, bem como as mudanças que estariam por vir com o surgimento do período helenístico.

CAPÍTULO 3

O ACORDO DA BABILÔNIA E O FRACASSO DA UNIDADE IMPERIAL

A morte de Alexandre deixara um lapso quanto à continuidade de seu império. Alexandre havia conquistado seus domínios na Ásia de forma rápida e parcial, sem tempo para consolidar sua liderança perante povos tão variados. Em seu leito de morte, o macedônio sequer deu a entender claramente quem seria o seu sucessor. Sua esposa, Roxana, estava grávida, mas não havia como saber se a criança seria um menino, ou se sequer sobreviveria à gestação. Não deixando nenhum herdeiro biológico em potencial – ao menos no interesse da corte –, o futuro do império seria decidido pelos oficiais de Alexandre, numa terra estrangeira. O resultado disso seria uma contenda que perduraria por décadas.

A notícia do falecimento do rei provocou um misto de rebelião e comoção. Por toda a extensão de sua campanha, Alexandre deixou um rastro de pilhagem, massacres e subjugação (GREEN, 1991, p. 477). Tanto na Ásia quanto na Grécia, o macedônio era conhecido por muitos como um tirano autoritário e violento, e não demorou muito para que as rebeliões estourassem por toda parte após a confirmação de sua morte. Por outro lado, a memória de Alexandre certamente assumiu um caráter mítico após a sua morte. Já em seu leito de enfermo, um simples rumor sobre seu falecimento causou aflição entre os soldados macedônios, e fez com que invadissem os aposentos reais, onde ele, já enfraquecido e sem poder falar, os cumprimentou com um sinal de cabeça (Arr. 7. 26). É dito também que Sisingambis, mãe do antigo rei Dario, entrou em tristeza e luto profundo ao tomar conhecimento do acontecido, abstendo-se de qualquer alimento e morrendo cinco dias depois (Diod. 17. 118).

Pouco tempo após os eventos na Babilônia, histórias e rumores recheados de propaganda e exageros a respeito da vida de Alexandre percorriam toda a extensão de seu império, e a releitura da imagem do macedônio serviria como artifício de legitimação política para muitos aspirantes a rei. O acordo da Babilônia colocaria em evidência os reais interesses

dos oficiais de Alexandre, e como o império se fragmentaria ante as aspirações pessoais daqueles que acabaram por herdar o seu comando.

3.1 O problema da sucessão e os planos de Alexandre

Segundo D. Braund, tudo era possível em 323, exceto uma sucessão pacífica (2005, p. 21). O primeiro acordo entre os generais na Babilônia foi o resultado das difíceis condições de herança do reino e de acentuadas discórdias. Alexandre havia morrido de forma inesperada, sem ter deixado, aparentemente, nenhuma instrução direta a respeito da continuidade de seu Império. De acordo com Quinto Cúrcio (10.5), os macedônios anteviram os conflitos civis que se seguiriam, não pelo controle da Ásia, mas, desta vez, para nomear um nomear um rei que governasse a eles próprios.

A decisão sobre o futuro do legado de Alexandre se deu sob condições inéditas para a realeza macedônia. Além da ausência de herdeiros em potencial, o acordo foi negociado fora da macedônia, por membros mais jovens da corte – uma vez que figuras importantes com Crátero, Antípatro²³ e outros veteranos não se encontravam na Babilônia a fim de participarem diretamente do acordo (BOSWORTH, 2002, pp. 25-31). De acordo com as fontes (Diod. 18.2.; Q.C. 10.4.), momentos antes de sua morte, Alexandre teria retirado o seu anel e o entregado a Pérdicas, então seu favorito desde a morte de Hefesto, que posteriormente o recusaria. Se tais relatos forem verdadeiros, tal recusa, embora certamente contrária às ambições do general se fazia conveniente e necessária ao momento. Tendo dois possíveis herdeiros legítimos - Filipe Arrideu, meio-irmão de Alexandre, e seu filho póstumo com sua primeira esposa Roxana, ainda por nascer -, era muito difícil que Pérdicas conseguisse reivindicar para si a realeza sem ser acusado de usurpação; a regência, por outro lado, mostrava-se bem mais interessante (BRAUND, 2005, p. 22).

A questão é que também havia sérias objeções a respeito de tal plano. O filho bastardo de Filipe, Arrideu, sofria, segundo as nossas fontes, de uma rara enfermidade mental²⁴, e se encontrava, para vários membros da corte, impossibilitado de governar. Nada poderia garantir que o filho esperado por Roxana fosse um menino, nem mesmo que o mesmo fosse

²³ Antípatro se encontrava detido na Macedônia em função de um levante na Grécia (Diod. 18.9.1-5), e Crátero se encontrava na Ásia, junto com um regimento de 10.000 veteranos rumo a Europa, enviados por Alexandre anteriormente à sua morte (Arr. 7.12; Cúrc. 10.3.; Diod. 17.109).

²⁴ As fontes não são claras a respeito da natureza da enfermidade de Arrideu (Diod. 18. 2; *FGrH* 155 F 1.2;). Algumas sugerem epilepsia, outras corroboram o rumor de que Olímpia teria lhe administrado drogas quando criança, e assim lhe causado sérios distúrbios psicológicos (Plut. 77). A questão é que a enfermidade de Arrideu, pela falta de detalhes nas fontes a respeito de seu comportamento e de sua doença, e a julgar pela propaganda contida nas fontes, é provável que a situação de Arrideu (se inválido ou não) permaneça um mistério para a historiografia (BOSWORTH, 2002, p. 30).

saudável²⁵. Hércules, filho bastardo de Alexandre com uma concubina, Barsine, que foi, no entanto, rejeitado por boa parte dos generais, em função de sua mãe.

Durante o debate, as posições dos oficiais provaram-se difíceis de conciliar. Meleagro interveio em defesa de Hércules e Arrideu, sob o argumento de que não havia necessidade de esperar por um herdeiro incerto, quando o irmão e filho de Alexandre estavam vivos e aptos para governar (Just. 13. 2).²⁶ Ademais, o mesmo condena as origens do filho legítimo de Alexandre, cuja mãe, Roxana, advinha de um povo subjugado. Aqui, Meleagro não estava sozinho. Uma das maiores restrições entre os sucessores eram as origens persas da prole de Alexandre e Roxana. Ptolomeu era o mais evidente deles, quando usou de tais argumentos ao proferir seu discurso para os demais generais durante as deliberações do acordo:

De fato a estirpe mais digna para governar a raça dos macedônios são os filhos de Roxana e Barsine, cujo nome toda a Europa se envergonhará ao ouvir, uma vez que é o de quem é, em sua maior parte, um cativo? (Q.C., 10.6).

Não apenas pelo fato de os herdeiros possuírem origem persa ou bastarda – ou mesmo uma mãe com origens “obscuras e comuns”, no caso de Arrideu (Plut. 77) –, havia também um conflito de interesses com a vontade de alguns oficiais. A rejeição de Ptolomeu ante os herdeiros de Alexandre é clara durante todo o processo de negociação, uma vez este era a favor, desde o princípio, da divisão do império de Alexandre entre os próprios generais. Tal discurso ganhou força entre os generais, até o momento em que Aristono lembrou as últimas palavras do rei, e seu desejo – implícito no ato de entrega do anel real – de que Pérdicas assumisse o poder.

Antevendo os objetivos de Pérdicas, no entanto, Meleagro, que por sua vez era o membro mais influente da infantaria, denunciou, por meio de um discurso inflamado durante a assembleia, as intenções supostamente usurpatórias de Pérdicas, e o resultado foi o início de uma grande querela entre os oficiais presentes. Aproveitando os ânimos inflamados, Meleagro fez com que um levante insurgisse entre os soldados de infantaria, demandando a coroação de Arrideu (juntamente com o filho de Roxana), tendo o próprio Meleagro como seu

²⁵ Bosworth (2002, p. 30) destaca o fato de que a viúva de Alexandre já havia perdido um filho antes, já num estágio avançado de sua gravidez (Cúrc. 10. 6.; Just. 13. 2), e por isso muito provavelmente havia receio entre os generais de que esta nova gravidez também não vingasse.

²⁶ Em Quinto Cúrcio, porém, o relato apresenta algumas diferenças. Quem se posiciona a favor de Hércules é não Meleagro, mas Nearco (Cúrc. 10. 6), que havia desposado Barsine. Para uma melhor discussão a respeito das duas fontes, ver: BOSWORTH, 2002, pp.38-40.

protetor.²⁷Pérdicas assumiu uma atitude conciliatória de prontidão, concordando com que tanto o trono quanto a regência fossem partilhadas: Arrideu seria coroado rei, juntamente com o filho de Alexandre (assim que este nascesse), enquanto que Pérdicas e Meleagro seriam seus protetores; Crátero e Antípatro, por sua vez, gerenciariam os assuntos no Ocidente.

No entanto, a figura de Meleagro logo desapareceria do cenário da sucessão. O comandante da infantaria, apesar de seu destaque momentâneo, não tinha meios de competir com Pérdicas. Contando com a posição de quiliarca e estando no comando de uma falange há anos, o general ainda contava com o apoio de importantes membros da corte, como Leonato, Atalo e Alcetas; ainda, após o episódio de reconciliação com os infantes, ele tornou-se o favorito entre estes últimos. No final das contas, Meleagro representava muito mais um grave constrangimento (BOSWORTH, 2002, pp. 44-45; 53-54). Dessa forma, o problemático general foi eliminado pouco tempo depois, juntamente com outros 30 infantes que iniciaram o levante.

Assim, resolvia-se, ao menos temporariamente, a questão da sucessão. Outro assunto a ser rapidamente dispensado pela corte na Babilônia eram os planos futuros de Alexandre, contidos em seus papéis oficiais (LANE FOX, 1974, p. 475) . Dentre os planos relatados por Diodoro (18. 4), estavam a construção da pira funerária de Hefesto; a construção de mil navios de guerra, a serem usados em uma campanha que percorreria desde Cartago, passando pela costa de Espanha, terminando na Sicília; a construção de seis suntuosos templos para centros religiosos gregos e macedônios – o maior deles a ser construído em Troia –, e a construção de uma tumba para Filipe, de tamanho semelhante à maior pirâmide egípcia. Tais projetos, pelo que é descrito, foram considerados extravagantes e impraticáveis, e logo foram rejeitados pelos generais.

A veracidade destes planos, no entanto, é discutível para alguns historiadores. Lane Fox (1974, pp. 476-477) salienta que nenhum destes planos é improvável em sua essência, porém, os papéis oficiais de Alexandre podem ter sido adulterados, bem como seus diários, de modo que servissem ao interesse de Pérdicas. Assim, é possível que os planos tenham sido alvo de propaganda de modo que fossem exagerados em sua descrição e, assim, prontamente rejeitados. Os motivos para tal eram evidentes, uma vez que a maior preocupação de Pérdicas no momento era conciliar os interesses dos sucessores e consolidar sua posição como regente.

²⁷ As fontes (*FGrH* 156 F1; Cúrc. 10. 8; Just. 13.4) diferem um pouco na descrição dos acontecimentos . Em Quinto Cúrcio, por exemplo, há uma heroica aparição de Arrideu nas negociações de paz, que não se encontram em nenhum outro relato. No entanto, é mais provável que as demais fontes estejam corretas e que Bosworth esteja certo quando sugere que o relato contido em Cúrcio é provavelmente um fruto da propaganda contra Pérdicas, de modo a excluí-lo do enredo central deste evento (BOSWORTH, 2002, p. 49).

Uma nova campanha, juntamente com outros projetos difíceis de serem postos em prática, poderia colocar seus planos a perder.

Pessoalmente, não considero que teria sido necessário adulterar tais documentos, neste caso, para fazer com que a corte cancelasse os projetos. Tanto o exército quanto os domínios de Alexandre estavam à beira de um colapso e, para conservar sua unidade (o que, no entanto, não era a intenção de todos), era necessário que as prioridades fossem revistas. É plenamente plausível quando Fox afirma que tais planos não eram fora da realidade para um monarca como Alexandre, porém é necessário considerar os reais interesses dos sucessores. Ptolomeu nem sequer parecia demonstrar qualquer apoio quanto aos planos expansionistas de Alexandre. Ao contrário, tinha em mente outro futuro para o legado de Alexandre, mais focado em sua estruturação e consolidação do que em sua expansão. Outros generais, por sua vez, ainda procuravam manter a ideia de unidade do império, mas seus interesses se mostravam muito maiores, por hora, com relação ao que já havia sido conquistado nos anos anteriores por Alexandre – e o que haveriam de herdar disto – do que com o que ainda havia de ser conquistado.²⁸

Dessa forma, a resolução do acordo da Babilônia se deu, ao menos temporariamente, de forma vantajosa para Pérdicas. Após a eliminação de Meleagro, sua posição no oriente como regente e tutor no futuro rei (se este viesse a nascer) estava assegurada. Todavia, embora este tivesse obtido uma posição privilegiada em relação aos outros generais, a decisão final trazia consigo limitações. O poder de tutela dos reis – então Filipe Arrideu (meio-irmão de Alexandre) e o filho póstumo de Alexandre, quando este nascesse – seria dividido entre Pérdicas, que ocuparia a função de quiliarca, e Crátero, designado então como “protetor” (*prostates*) de Arrideu. Este último, embora ausente em uma missão dada por Alexandre antes de sua morte, não poderia ser esquecido no acordo, uma vez que era um dos generais mais queridos e leais ao rei e, o que era mais preocupante, dispunha de um exército de 10 000 veteranos consigo.

A administração dos territórios do império, por sua vez, seria dividida entre os generais mais importantes, entre eles Ptolomeu, que se dirigia ao Egito, e Antípatro que, desconsideradas as últimas ordens de Alexandre antes de sua morte, que implicavam a sua destituição, continuou no comando da Macedônia. A situação de Pérdicas, dessa forma, era

²⁸ Ainda, os sinais de adulteração nas “Efemérides Reais” são claros: relatos demasiado imoderados e insistentes e referências a cultos a divindades ainda inexistentes, como já foi visto, dão claros indícios de modificações durante e após o evento. Os planos de Alexandre, por outro lado, não apresentam sinais assim tão evidentes. Isso não exclui, é claro, a possibilidade de adulteração, mas questiona apenas, diante de todas as circunstâncias, a probabilidade de que tal artifício fosse realmente necessário.

paradoxal: embora tenha conseguido a regência que almejava, o promissor general havia se aliado a duas poderosas figuras que poderia se tornar inimigos em potencial, com recursos consideráveis para eliminá-lo, caso não fizesse os movimentos corretos. As aspirações particulares que surgiriam a partir deste acordo, no entanto, tornariam inevitável o desfalecimento das ambições imperiais do general, bem com a impossibilidade de que o império continuasse sob as mesmas configurações.

3.2 A regência compartilhada e o início dos conflitos entre os Diádocos

Ao fim do primeiro acordo, ao que parece, a ideia de unidade do império ainda era sustentada, apesar das desconfianças e conflitos internos (CHAMOIX, 2002, p. 40). Pérdicas assumira, inicialmente, uma posição conciliatória entre Crátero e Antípatro, de modo que pudesse consolidar sua posição sem desencadear um conflito²⁹. O tratado da Babilônia foi, de certa maneira, uma ratificação do status quo dos generais de Alexandre (BOSWORTH, 2002, p. 50), de modo que a regência do império foi inicialmente sustentada por uma aliança entre os três oficiais.

Nos domínios de Alexandre, toda e qualquer decisão era tomada em nome dos reis, assim como toda a administração dos territórios deveria ser em prol dos mesmos, ou ao menos assim deveria parecer. No entanto, o vácuo deixado pela morte de Alexandre não se resumia apenas à sucessão. A jornada do rei macedônio havia sido rápida e impactante, bem como as conquistas que vieram com esta; no entanto, muito devido à sua morte precoce, mas também, em certa dose, à sua natureza incansável, muitas destas conquistas não dispuseram de tempo para serem consolidadas, bem como governo macedônio, devidamente estabelecido. Após a notícia de sua morte, rebeliões estouraram tanto na Europa, quanto na Ásia.

As pressões cresciam em torno de Pérdicas. Tendo saído de recentes batalhas na Ásia Menor, a situação do regente dependia de fatores diplomáticos instáveis. . Em um gesto de amizade, Antípatro havia oferecido sua filha, Niceia, em casamento ao general, formando, dessa forma, uma aliança conveniente a Pérdicas antes do acordo na Babilônia; no entanto, com sua posição estabelecida, seus planos mudaram e, em acordo com a poderosa rainha Olímpia, este se comprometeu com Cleópatra, irmã do próprio Alexandre (Diod. 18.23). A

²⁹ A posição de Crátero era especialmente ameaçadora, uma vez que este havia recebido a permissão de Alexandre para tomar as medidas que julgasse adequadas no ocidente (BOSWORTH, 2002, p. 53). A aliança feita com Antípatro após o cerco de Lâmia (Diod. 18.16-18), no entanto, mostra que o general julgou ser mais proveitoso estabelecer-se na Ásia do que iniciar um confronto na Macedônia.

rejeição de Pêrdicas expunha claramente suas ambições à realeza, o que não agradava a nenhum dos outros oficiais – isto não significava, por outro lado, que eles próprios, com exceção de Ptolomeu, não compartilhassem a mesma ambição.

É interessante ressaltar que a expressão “amigos” – *philoí* – de Alexandre, não implicava, necessariamente, a existência de amizade entre os mesmos (HECKEL, 2002, p.87). Não se deve pensar, dessa forma, que não existissem hostilidades entre os generais desde o início; segundo ele Heckel (2002, p. 82), Alexandre criara, em sua trajetória, um ambiente repleto de desconfianças: sempre cauteloso na escolha de seus generais e administradores, por vezes escolhia vários oficiais para a administração de seus territórios, por vezes colocava em territórios adjacentes homens que não compartilhavam dos mesmos objetivos políticos. Isto, ao mesmo tempo em que criava desavenças e hostilidades, impedia a formação de possíveis coalizões contra o rei. A tensão entre os Companheiros de Alexandre, dessa forma, vinha de muito antes da morte do mesmo.

Como nos diz Justino (13.1), o exército da Macedônia estava sob o comando de vários homens “que eram muito mais príncipes do que generais”. Os oficiais de Alexandre eram, em sua maioria, por demais ambiciosos, poderosos e competentes para aceitar postos de meros administradores, ainda mais sob a autoridade de uma realeza tão enfraquecida. A luta da sucessão foi, dessa forma, o resultado do colapso da hierarquia existente, da ausência de um claro comando central (HECKEL, 2002, 86). Pêrdicas, em especial, segundo nossos relatos, era o menos querido entre eles. Ele levantava, segundo Arriano (*FGrH* 156 F1, 5), suspeitas em todos e, ao mesmo tempo, suspeitava de todos. Antígono, no entanto, ao ficar sabendo de seus planos de casar-se com a irmã do falecido rei, partiu de encontro a Antípatro, com quem tinha boas relações, para adverti-lo, antes que Pêrdicas pudesse tomar qualquer atitude para eliminá-lo (Diod. 18.23). Um novo conflito, dessa forma, se formava no seio do império.

3.3 A batalha do Nilo e o fracasso do acordo da Babilônia

Enquanto isso, no Egito, Ptolomeu demonstrava ter outras preocupações em mente. Desiludido da ambição de tornar-se rei, comum à grande parte dos macedônios, este mostrou, ao longo de sua trajetória, ser um homem de natureza astuta e adaptável. Desde o início, Ptolomeu rejeitava a ideia de um império homogêneo (WALBANK, 1993, p. 100); ele antevia que, após a morte do grande rei, seria improvável que se conseguisse manter as conquistas alexandrinas unidas e indivisíveis e, ao contrário da maioria dos sucessores, que se voltavam para a Macedônia como uma possibilidade concreta de ascender à realeza, direcionou seus empreendimentos ao fortalecimento do território de seu interesse, o Egito.

Vemos, dessa forma, uma das diferenças cruciais entre os dois generais, que constitui, por sua vez, uma das principais razões do conflito às margens do Nilo: a fragmentação era, para Pédricas, um mal a ser evitado a todo custo; para Ptolomeu, por outro lado, esta era, sem dúvidas, um destino inexorável. Assim sendo, sua política visava, prioritariamente, uma estrutura sólida: ao invés de competir pela realeza macedônia, ele buscava formas de estruturar e legitimar o seu poder no Egito, garantindo, assim, uma posição segura e próspera no que ele sabia que viria a ser um terreno movediço e perigoso. Nisto, um fator se fazia crucial para a realização de tais objetivos: o corpo de Alexandre.

Segundo os relatos disponíveis (Cúrc. 10.5.4; Diod. 18.3.4), entre as últimas recomendações de Alexandre antes de sua morte, estava o desejo de que seu corpo fosse “levado para Amon”, ou seja, que fosse sepultado no Oasis de Siwa, no Egito. A preparação do corpo e do elegante carro fúnebre no qual este seria carregado levou dois anos inteiros até que estivesse pronto para sair em procissão. O destino do corpo de Alexandre, no entanto, era um assunto que remetia a muito mais do que a sua vontade final. Quando, em 321, esta suntuosa procissão chega ao Egito, Ptolomeu não hesita em ir de encontro a eles com seu exército de modo a apoderar-se do corpo e, oferecendo todas as honras devidas, o traz não para Siwa, mas “para a cidade fundada pelo próprio Alexandre” (Diod. 18.28). A partir daí, as configurações diplomáticas entre os Diádocos sofreria uma reviravolta.

Mesmo após a sua morte, o império girava em torno de Alexandre (ERSKINE, 2002, p. 170). As intenções do rei quanto ao destino de seu cadáver, desta forma, não eram convenientes a presente situação, a não ser, claro, para Ptolomeu. O corpo, é evidente, tinha um caráter talismático (BRAUND, 2005, p. 23); considerando a magnificência de seu cortejo, e ainda a assimilação do rei à figura de Amon-Zeus e o caráter divino que seu corpo assumiu, é de se supor que o corpo de Alexandre tenha se tornado um ícone de culto (ERSKINE, 2002, p. 174). Mais do que isso, porém, a posse do corpo de Alexandre significava a legitimação do controle Ptolemaico no Egito: associando-se à imagem de Alexandre, Ptolomeu passava a ser mais que um mero governador; em uma cidade como Alexandria que, a esta época, era ainda uma local em construção, povoada principalmente por militares em grande parte estrangeiros, o corpo de Alexandre representava uma ligação com o mundo grego, dando assim um “sentido de continuidade” a uma comunidade imigrante (ERSKINE, 2002, p. 173) – vale lembrar aqui que suas aquisições voltavam-se principalmente para a guarnição de seus exércitos e para a defesa do território egípcio, sendo a contratação de mercenários e a lealdade

dos militares essencial para isso. De uma forma geral, tal manobra aumentou o carisma e a autoridade de Ptolomeu, associando sua própria figura à de Alexandre.

Isto, para a contrariedade de Pérdicas, também significava o enfraquecimento de sua regência. Ele era o homem no comando do império, e o corpo de Alexandre, por sua vez, constituía parte de seu legado (ERSKINE, 2002, p. 171). O “rapto” do corpo de Alexandre representava, dessa forma, a ruptura da unidade imperial que ele tanto desejava conservar. Tudo isso afetava profundamente sua reputação como regente, bem como o reconhecimento de sua autoridade. Ao mesmo tempo, o cerco se fechava cada vez mais para o Pérdicas: Tendo deixado o cerco de Lâmia, Antípatro e Crátero dirigiam-se com um numeroso exército para a Ásia, para defrontar-se com as forças de Pérdicas. Este, sabendo que seu desfalcado exército não resistiria a um confronto direto, enviou seu oficial, Eumenes, com a maior parte de seu exército para o Helesponto, com o objetivo de impedir a entrada dos generais na Ásia, enquanto ele marcharia com os reis, Alexandre IV e Arrideu, contra Ptolomeu, a fim impedir o aumento de seu poder e eliminar o obstáculo que este representava a sua posição (Diod. 18.29). No entanto, como já mencionado anteriormente, Pérdicas tornou-se, com o passar do tempo, uma figura de pouquíssima estima, não só entre os oficiais, como também entre os exércitos, incluindo o seu próprio. Isso, considerando sua frágil posição político-militar em contraponto à bem estruturada figura de Ptolomeu, tornar-se-ia uma fatalidade para seus planos. O relato de Arriano do acontecimento reflete a má repercussão da conduta de Pérdicas, bem com suas consequências:

Pérdicas, tendo saído de Damasco para fazer guerra contra Ptolomeu filho de Lagos, chegou ao Egito com os reis e um grande exército. Ele fez várias acusações contra Ptolomeu, que se inocentou publicamente, de modo que as acusações aparentaram não ter fundamento. Pérdicas, não obstante a oposição de suas tropas, decidiu levar a guerra a cabo. Por duas vezes ele foi derrotado e, tendo tratado aqueles que mostraram-se inclinados a ir até Ptolomeu com grande severidade, e tendo em outros aspectos se comportado com mais arrogância do que deveria um general, foi assassinado por sua própria cavalaria durante um combate.
(FGrH 156 F9)

Ao final do confronto, Ptolomeu, tendo perpetuado seu governo graças a suas habilidades políticas e, principalmente, a sua conduta perspicaz, detinha não só a estima dos egípcios, como também das forças inimigas. Com a morte de Crátero, derrotado por Eumenes no Helesponto, um novo acordo se estabeleceria entre os generais sobreviventes em Triparadiso, em 320.

Por fim, é interessante pensar a respeito do papel da diplomacia entre os diádocos. Longe de ser exercida em prol de um “bem comum”, esta representava, muitas vezes, um simples meio para o sucesso político ou militar. Alianças eram feitas de acordo com as configurações presentes, e se desfaziam com a mesma facilidade. Com a eliminação de Pérdicas, o poder ficou novamente vacante, bem como a tutela dos reis, que se tornava cada vez mais – senão desde o início -- um pretexto para empreendimentos pessoais.

O fato de Pérdicas ter sido assassinado por seus próprios homens em uma emboscada após o fracasso da campanha do Nilo (e de não ter havido retaliação por parte dos demais generais), mostra a diminuição do valor dos tratados formais quando comparados aos mecanismos de legitimação de poder que passaram a ser desenvolvidos pelos sucessores de Alexandre, e que caracterizariam a monarquia helenística.

Por conseguinte, diante da perspectiva histórica contemporânea, é possível constatar que o acordo da Babilônia, estava fadado ao fracasso desde o início, uma vez que este foi desenvolvido sob um princípio para o qual não havia mais futuro: a ideia de unidade do império. As rivalidades e tensões existentes entre os diádocos, bem como suas aspirações pessoais, se tornariam cada vez mais dominantes ao longo das décadas seguintes à morte de Alexandre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os últimos anos de vida de Alexandre Magno, a continuidade de seu império se mostrava impraticável. O cenário político nos anos antecedentes a 323 já se mostrava hostil às medidas de Alexandre, sobretudo pelo fato de que o rei já não conseguia se legitimar perante a corte e o exército, nem, aparentemente, perante os povos subjugados por eles.

O estudo aprofundado das fontes revela que existem diversas inconsistências a respeito dos acontecimentos que antecederam a morte de Alexandre, bem como revelam a existência de uma forte propaganda entre sucessores rivais. Essa propaganda, feita por meio de adulterações nos documentos, apesar de impossibilitar a elucidação dos acontecimentos de maneira clara, expõe diversos aspectos da política comum entre os generais macedônios, caracterizada, dentre outros aspectos, pela desconfiança constante.

O comportamento e a morte de Alexandre, por sua vez, modificaram não apenas a ordem política do império macedônio, como também proveram os alicerces para a construção da monarquia helenística. Uma postura idealizada a partir da releitura da figura de Alexandre e do triunfo militar seria repassada pelos sucessores, de modo a garantir sua aceitação mediante o exército e a corte. Esse tipo de governo, por conseguinte, transcendia a rigidez das tradições e dos laços sanguíneos em diversos aspectos.

Por fim, a análise do acordo da Babilônia em 323 expõe a natureza instável da diplomacia dos diádocos, bem como o desgaste da unidade imperial almejada por Alexandre. O fracasso de Pérdicas como regente veio como uma consequência direta da impraticabilidade deste acordo, bem como da ideia que se tentava preservar com ele.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ARRIANO. *Anabasis of Alexander*. Livros V- VII. Traduzido por P. A. Brunt. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1983.

DIODORO DA SICÍLIA. *Library of History*. Traduzido por Russel M. Geer. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1947.

QUINTO CÚRCIO. *History of Alexander*. Livros VI-X. Traduzido por John C. Rolfe. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1946.

JUSTINO. *Epitome of the Philippic history of Pompeius Trogus*. Traduzido por J.C. Yardley. Atlanta, GA: Scholars Press, 1994.

PLUTARCO. *Parallel Lives*. Vol. VII. Traduzido por Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.

Bibliografia

ANSON, Edward. The evolution of the Macedonian Army Assembly (330-315 B.C.). *Historia: Zeitchrift für Alte Geschichte*. Stuttgart, Bd. 40, H. 2, pp. 230-247. 1991.

AUSTIN, Michel. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A selection of Ancient Sources in translation*. New York; Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

BADIAN, Ernst. Orientals in Alexander's Army. *The Journal of Hellenistic Studies*. The Society for the Promotion of Hellenic Studies, Cambridge, Vol. 85, pp. 160-161, 1965.

BOSWORTH, Albert. The Death of Alexander the Great: Rumour and Propaganda. *The Classical Quarterly*, Cambridge, Vol. 21, No. 01, pp. 112-136, 1971.

_____. Perdikkas and the Kings. *The Classical Quarterly*, Cambridge, Vol. 43, No. 02, pp. 420-427, 1993.

_____. *The Legacy of Alexander: Politics, Warfare, and Propaganda under the Successors*. London: Oxford University Press, 2002.

BRAUND, David. After Alexander: the Emergence of the Hellenistic World, 323-281. In: ERSKINE, Andrew (org.). *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 19-34.

CHAMOUX, François. *Hellenistic Civilization*. Oxford: Blackwell Publishing. 2002.

CHANIOTIS, Angelos. *War in The Hellenistic World: A Social and Cultural History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

COLLINS, Andrew. The Office of Chilliarch under Alexander and the Successors. *Phoenix*, Victoria, Vol. 55, No 3/4, pp. 259-283, 2001.

ERRINGTON, Robert. From Babylon to Triparadeisos: 323-320 BC. *The Journal of Hellenic Studies*, Cambridge, Vol. 90, pp. 49-77, 1970.

ERSKINE, Andrew. Life after Death: Alexandria and the Body of Alexander. *Greece & Rome*, Cambridge, Vol. 49, pp. 163-179, 2002.

FOX, Robin. *Alexander the Great: A Biography*. London: The Dial Press. 1974.

GEHRKE, Hans-Joaquim. "The Victorious King: Reflections on the Hellenistic Monarchy". In: LURAGHI, Nino (org.). *The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2013, pp. 73-98.

GREEN, Peter. *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: A Historical Biography*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1991.

GRUEN, Eric. *The Hellenistic World and the coming of Rome*. Berkeley: University of California Press. 1984.

_____. "Hellenistic Kingship: Puzzles, Problems and Possibilities." In: BILDE, Per.; ENGBERG-PEDERSEN, Troels.; HANNESTAD, Lise; ZAHLE, Jan (orgs.). *Studies in Hellenistic Civilization*. Vol. VII. Aarhus: Aarhus University Press. 1996.

HAAKE, Mathias. Agathocles and Hiero II: Two Sole Rulers in the Hellenistic Age and the Question of Succession. In: LURAGHI, Nino (org.). *The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2013, pp. 99-128.

_____. Writing Down the King: The Communicative Function of Treatises On Kingship in the Hellenistic Period. In: LURAGHI, Nino (org.). *The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2013, pp. 165-206.

HECKEL, Waldemar. The Politics of Distrust: Alexander and his Successors. In: OGDEN, Daniel (org.). *The Hellenistic World, New Perspectives*. London: The Classical Press of Duckworth. 2002.

MOSSÉ, Claude. Alexandre o Grande. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

SHIPLEY, Graham. *The Greek World after Alexander, 323-30 BC*. London; New York: Routledge, 2000.

TARN, William. *Alexander the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

THOMAS, Carol. Alexander the Great and the Unity of Mankind. *The Classical Journal*, Vol. 63, No. 06, pp. 258-260, 1968.

WALBANK, Frank. *The Hellenistic World*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

WILL, Édouard. The Succession to Alexander. In: WALBANK, Frank; ASTIN, Alan; Frederiksen, M.; OLGIVIE, Robert(1989). *The Cambridge Ancient History. VII 1: The Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WORTHINGTON, Ian. How “Great” was Alexander? Em: <http://www.utexas.edu/courses/citylife/readings/great2.html> . Acesso em: 05 de outubro de 2012.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Beatriz Aires Fernandes Cunha, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “*Quae sunt Alexandri, Alexandro: Versões para a morte de Alexandre Magno e a disputa inicial pela sucessão na Babilônia em 323 a.C.*” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 12/12/2014

